

ENTREVISTA – RONALDO VAINFAS

Um historiador fiel a suas orientações e amigo de novidades

Entrevistado:

No prefácio que escreveu para a terceira edição do *Trópico dos Pecados*, lançada em 2010, Laura de Mello e Souza chamava a atenção do leitor para a obra, destacando, ao mesmo tempo, sua influência e inovação:

E aqui desponta a inovação do *Trópico* de Vainfas: incorporar as abordagens suas contemporâneas sem abandonar uma tradição bem assentada de refletir o Brasil. Extrair significado de atos e hábitos aparentemente pouco importantes e mostrar como ajudam a compreender inclusive as estruturas mais profundas da nossa formação. Adotar perspectivas próprias à história das mentalidades sem, contudo, se deixar atrair por uma eventual autonomia das instâncias mentais. (MELLO E SOUZA *apud* VAINFAS, 2010, p. 2-3)

Pudera... Como a própria Laura comentou em entrevista concedida à *Revista Escritas do Tempo*, “falar de *Trópico dos Pecados* é quase como falar de meus trabalhos, tão próximos estão eles naquela década” – Ronaldo Vainfas, não temos dúvidas, assinaria em baixo essa afirmativa, acrescentando um conivente “e vice-versa”. Ao descrever a engenharia que estruturou o livro, parece – ao melhor estilo da microanálise, do particular ao macro –, que a autora caracterizou mais do que a especificidade do *Trópico*, mas o rumo historiográfico seguido por Ronaldo Vainfas em grande parte de sua produção, iniciada com a publicação de *Economia e sociedade na América Espanhola* (1984). Como também destacou a própria Laura de Mello e Souza, Vainfas “continuou fiel a suas orientações”. Estas, resultantes da sua formação na Universidade Federal Fluminense (Graduação e Mestrado, além de ter atuado nessa instituição como professor desde 1978 e, como titular de História Moderna desde 1994) e na Universidade de São Paulo (Doutorado).

Historiador de destaque, com produção tão vasta quanto variada, Vainfas foi dos grandes responsáveis, a partir dos anos 1980 – ao lado de Laura, Luiz Mott, Leila Algranti e tantos outros, como já dissemos no texto introdutório de nossa outra entrevistada – pelo crescimento da História Cultural no país. Trata-se de um dos principais pesquisadores sobre o Brasil-Colônia e a Modernidade, autor de livros clássicos sobre o tema, além do *Trópico*. Destacamos, por exemplo, o seu *A Heresia dos Índios* (1995), *Jerusalém Colonial* (2010), *Traição* (2008), bem como os dicionários temáticos (sobre o Brasil colonial, o Brasil Joanino e o Brasil Império), os perfis biográficos (*Vieira: Jesuíta do rei*) e os livros e coletâneas sobre teoria e metodologia: vide o seu *Domínios da História* (1997) e o *Novos da História* (2011), além do *Micro-*

história: os protagonistas anônimos da História (2002), entre outros. Não menos importante, cabe sublinhar a sua incursão nos livros didáticos, auxiliando no processo de tornar o conhecimento histórico mais palatável e interessante para os alunos dos ensinos fundamental e médio – uma História para todos...

O que se vê, em todos os seus livros e textos, nas palestras no Brasil e exterior, sempre repletas de ouvidos e olhares curiosos, é um grande contador de histórias, mago das palavras, amigo das minúcias e novidades, sempre atento a tirar do documento bem mais do que o óbvio. Não há trabalho sobre o Tribunal do Santo Ofício, as religiosidades e suas inúmeras manifestações, sobre o cotidiano na América portuguesa ou mesmo acerca do Brasil em formação e da Modernidade luso-brasílica, que não use as suas reflexões como referência para o trato com as fontes históricas ou no modo como analisar os mais diversos contextos. Nesta entrevista, que gentilmente aceitou nos conceder, e vibrou em saber que a dividiria com sua grande amiga, Ronaldo Vainfas mostra porque é, como indica Laura de Mello e Souza, influência e inovação para a boa historiografia.

Entrevistadores:

Marcus Vinicius Reis¹ — **Revista Escritas do Tempo**

É Professor Adjunto na Faculdade de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/UNIFESSPA. Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Possui Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ/FFP). Possui Graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal de Viçosa (2011). É Editor da Revista Escritas do Tempo, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UNIFESSPA.

Angelo Adriano Faria de Assis² — **Revista Escritas do Tempo**

Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em História pela Universidade Federal Fluminense (1995), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (1998), doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade de Évora (2011).

¹ Docente da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). Doutor em História pela UFMG. Editor da Revista Escritas do Tempo.

² Docente da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutor em História pela UFF.

Atualmente é Professor Associado III da Universidade Federal de Viçosa, onde atua na Graduação em História e como Professor Permanente nos Programas de Pós-Graduação do Mestrado Acadêmico em Letras e do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. É pesquisador da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Universidade de Lisboa.

Escritas do Tempo: Assim como pedimos para que a historiadora Laura de Mello e Souza comentasse acerca do seu *Trópico dos Pecados*, gostaríamos que você fizesse o mesmo em relação a *O Diabo e a Terra de Santa Cruz*. Como você enxerga, passados 30 anos da publicação, os impactos e a importância dessa obra para a historiografia brasileira e para as novas gerações de historiadores (as)?

Ronaldo Vainfas: Um livro fundamental, que tive o privilégio de resenhar para o primeiro número da revista *Estudos Históricos*, publicado em 1989. Antes de tudo porque o *Diabo* foi um marco, em nossa historiografia, para a emergência da história das mentalidades à moda francesa, na qual o tema da feitiçaria foi chave, vide Robert Mandrou, além de incorporar a chamada Nova História Cultural como núcleo teórico do livro, através de Carlo Ginzburg. *O Diabo*, de Laura, foi meu guia metodológico para o *Trópico dos Pecados*. Rigorosamente, cartesianamente, espiritualmente. *O Diabo*, na verdade, é uma inspiração para muitas gerações de historiadores brasileiros desde os anos 1980 até hoje.

Escritas do Tempo: Como você avalia a produção historiográfica atual sobre o período do Brasil-Colônia, tanto entre os historiadores brasileiros, quanto por pesquisadores estrangeiros? No seu entendimento, quais são as maiores contribuições e avanços, e o que ainda é mais urgente fazer?

Ronaldo Vainfas: Um excelente estudo de Carlos Fico e Ronald Polito, nos anos 1980, demonstrou que, até a década de 1970, predominavam mestrados e doutorados sobre o período colonial, todos produzidos na USP. A partir dos anos 1970, quando surgiram os Programas de Pós-Graduação no país, para além da USP, o Brasil Colônia foi ultrapassado, como período preferencial, pelo Brasil imperial e pelo Brasil republicano. Este último hoje predomina largamente nos estudos sobre a história brasileira, o que tem a ver com o apego ao Tempo Presente na pesquisa universitária e com acessibilidade e legibilidade das fontes. O interessante é que a inflexão em nossa historiografia, sobretudo a partir dos anos 1990, ocorreu nas pesquisas sobre a história colonial, cada vez mais voltada para temas socioculturais, mesmo nos recortes de história política. Quanto às pesquisas atuais sobre o Brasil Colonial, além da atenção ao

domínio sociocultural, destaco o redimensionamento de nossos “três primeiros séculos”, como diria Capistrano, nos quadros do império colonial português, de preferência ao binômio Metrôpole (portuguesa) *versus* Colônia (brasileira), conflito pensado como antecessor da contradição entre o centro capitalista mundial e suas periferias continentais. Outra enorme contribuição: a crescente atenção com a vida cotidiana e com as religiosidades, o que aproxima os historiadores dos antropólogos e sociólogos, que estudam isto faz tempo. Basta citar *A religião dos tupinambás*, de Alfred Métraux, ou *A Organização social dos tupinambás*, de Florestan Fernandes. O que é urgente fazer? Prosseguir nesses caminhos, sempre buscando novas fontes. Evaldo Cabral de Mello certa vez me disse que só faz um livro novo quando descobre um *corpus* documental inédito. Exagero do grande mestre, mas faz todo o sentido.

Escritas do Tempo: Um dos mais importantes livros de Sergio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, deixava claro, logo no título, que os problemas do Brasil naquelas primeiras décadas do século XX, tinham origens mais profundas, arraigadas na experiência colonial... Tentando fazer um exercício parecido, como você acha que o *Trópico dos Pecados* ajuda a entender as mazelas e antagonismos do Brasil atual?

Ronaldo Vainfas: Sérgio Buarque, em *Raízes*, tocou em problemas fundamentais de nossa formação histórico-cultural. O aventureirismo, em oposição ao trabalho; a mentalidade predatória do mundo agrário, em oposição ao esforço agrícola; a colonização litorânea e mercantil dos portugueses, em oposição à colonização interiorizada e civilizacional, à moda hispânica, dos castelhanos. Tudo isto apesar de que o Sérgio de 1936 mudou muito o livro nas edições de 1948 e 1967. Caio Prado também tocou em raízes profundas de nossa formação histórica: a condição de periferia do capitalismo, em suas várias fases. *Trópico dos pecados* é apenas um livro monográfico de pesquisa. Longe está de se comparar a obras de tamanho fôlego. Foi escrito em um tempo em que começaram a se valorizar outros tipos de conflito: sexuais, morais, religiosos, ou seja, tensões mais específicas. Outro tempo. Fico feliz, no entanto, pelo *Trópico* ter sido citado em um parecer do STF contra a homofobia, um flagelo da história brasileira até hoje.

Escritas do Tempo: Gostaríamos que falasse não apenas dos principais livros e historiadores, ou estudiosos de outros campos de conhecimento que influenciaram na sua formação como historiador, mas, também, quais são os historiadores e as leituras que têm chamado a sua atenção atualmente?

Ronaldo Vainfas: Dentre os historiadores brasileiros antigos, Capistrano e Freyre. O primeiro por duvidar da vocação unitária do Brasil, valorizando as regionalidades. O segundo, por valorizar a mestiçagem racial e cultural do país, atropelando a raciologia da época, que agora voltou à moda, infelizmente, só que invertida. Na historiografia europeia, Johan Huizinga, holandês. A leitura de *O outono da Idade média* mudou minha perspectiva de historiador. Na historiografia francesa, Lucien Febvre, de preferência ao admirável Marc Bloch. Na historiografia italiana do final o século XX, Carlo Ginzburg, um gênio teórico, ao mesmo tempo que historiador de arquivo. Na literatura, para citar apenas um, Albert Camus, em especial *O Estrangeiro*. Atualmente, fico mais ligado aos autores-chave para as minhas pesquisas, no caso voltadas para o Brasil holandês, sobretudo o papel dos judeus portugueses. Nesse campo, cito Yosef Kaplan e de Jonathan Israel, historiadores graúdos, que reúnem teoria e pesquisa em alto nível.

Escritas do Tempo: A sua geração e, você, em especial, foi fundamental para o *boom* dos estudos inquisitoriais no Brasil, principalmente a partir dos anos 1980. Você orientou vários pesquisadores interessados nessa temática e, alguns deles, têm dado continuidade atualmente a este caminho como professores de programas de Pós-Graduação no país. A seu ver, quais as principais mudanças que você identifica neste campo dos estudos sobre a Inquisição e o que nos reserva o futuro?

Ronaldo Vainfas: Fico feliz de constatar que hoje há diversos pesquisadores brasileiros dedicados ao estudo da Inquisição Portuguesa e de suas vítimas em Portugal, na África, na Ásia e no Brasil. Meu primeiro curso na pós-graduação da UFF, em 1989, foi sobre a Inquisição, em perspectiva geral, e só teve três alunos inscritos. Em 2019, na mesma UFF, existe hoje um setor da pós-graduação exclusivamente dedicado à História Moderna, com forte incidência de temas inquisitoriais, repleto de alunos. Fui uma espécie de patriarca, um Abraão, se me permitem, nos estudos inquisitoriais da UFF. Em várias universidades públicas do país, atuam ex-alunos de mestrado e doutorado com pesquisas inquisitoriais, vários deles publicados e citados, todos com orientandos que trilham esses caminhos. O efeito multiplicador é gigantesco. Se fosse citar nominalmente, precisaria de 50 linhas a mais, no mínimo. Quanto ao futuro das pesquisas inquisitoriais, percebo um interesse crescente pelos estudos sobre a máquina do Santo Ofício: os quadros do tribunal, o cotidiano dos cárceres, os critérios de julgamento. Neste campo, o grande mentor, entre nós, é Bruno Feitler, já veterano no campo. Outras fontes, para além dos processos, têm merecido atenção crescente: os

livros do Conselho Geral, os Cadernos do Promotor, a correspondência inquisitorial, os processos de habilitação, os diversos Repertórios, como o dos Nefandos e o dos Solicitantes.

Escritas do Tempo: Sabemos do seu diálogo com a Laura de Mello e Souza. Tanto é que pedimos para que a própria lhe fizesse uma pergunta.

Laura de Mello e Souza: Ronaldo, vamos lá: qual o livro que gostaria de ter escrito, e qual preferiria não ter escrito?

Ronaldo Vainfas: Sobre o livro que gostaria de ter escrito, o grande Professor Eduardo d'Oliveira França me perguntou o mesmo, em 1984, no exame de admissão ao doutorado da USP. Jamais havia pensado nisto, mas respondi de chofre: Johan Huizinga, autor de *O outono da Idade Média*, original de 1919. Já o citei acima. Li uma bela tradução portuguesa do livro, em 1975, quando ainda estava na graduação, e fiquei deslumbrado, ao mesmo tempo que desconcertado. O curso de história da UFF na altura era, com raras exceções, um curso de história econômica de inspiração marxista. Fui o único da turma a ler este livro, que constava, discretamente, da bibliografia da Professora Vânia Fróes no curso de História Medieval do Ocidente. Huizinga me apresentou a morte como espetáculo no final da Idade média (e já fora assim no circo romano) escrevendo décadas antes de Foucault, com seu *Vigiar e Punir*. O povo delirante enquanto se esquartejava um condenado. As “mil mortes” de que Foucault depois falaria e Huizinga qualificou como “teor violento da vida”. Ao mesmo tempo, as explosões de religiosidade, a comoção de muitos, as súplicas de misericórdia, o choro e os desmaios, à medida em que o infeliz era feito em pedaços. Huizinga também me apresentou os sentimentos e os desejos como objeto da história, o amor cortês dos trovadores, as tópicas literárias de um *Roman de la Rose*, o “pensamento religioso para além da imaginação”. Huizinga me abriu as portas para o que já se conhecia então, na França, como “história das mentalidades”. Ele, aliás, foi um precursor neste campo de pesquisa. Só pude aproveitar bem a leitura muito mais tarde, mas ela plantou uma semente vital para o meu trabalho de historiador. Respondo para Laura, portanto, como fiz para o Professor França há 40 anos. Ele também me perguntou, na ocasião, sobre um livro de autor brasileiro. Nesse caso, hesitei um pouco, mas acabei confessando, meio inseguro: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre, *et pour cause*, embora eu fosse muito crítico ao livro naqueles anos. Mas é obra irresistível, a começar pela escrita libérrima.

O livro que não gostaria de ter escrito... Nossa, que pergunta cruel, é como rejeitar um filho! Mas se tenho que fazer uma escolha de Sofia, escolho *Ideologia e escravidão*, trabalho de mestrado, meu livro de estreia, como lembra Laura. Não pelo tema das ideias escravistas presentes na escassa cultura letrada do Brasil colônia, assunto que ainda me parece instigante e outros, posteriormente, escreveram melhor do que eu sobre ele. Mas este livro contém o problema estrutural de submeter a história à teoria, no caso a busca da “consciência de classe senhorial”, inspirado em Lucien Goldmann, bem como nas ideias de Gramsci sobre o papel dos intelectuais na história – os *tradicionais* e os *orgânicos*. Mal terminei de escrever o trabalho e já desconfiava dele, em especial da presumida demonstração de que os jesuítas exprimiram o “máximo de consciência possível” da classe escravista colonial. Naquela altura senti apenas certo mal-estar, mas hoje rejeito a *tese da tese*. Reconheço, é óbvio, que a Companhia de Jesus possuía escravos – como todos sabemos e já sabíamos – além de sustentar a legitimidade da escravidão africana – o que também não era novidade. Mas pensar os jesuítas a partir do conceito de classe ou de um modelo abstrato de sociologia histórica, como eu fiz, me parece hoje um equívoco total. Isto porque os jesuítas eram “soldados de Cristo” por vocação, militantes da Igreja de Roma molestada pelas Reformas protestantes na Europa. Foram sobretudo educadores, escritores, pensadores e missionários que tentaram expandir o catolicismo às finisterras do mundo. O compromisso deles com a escravidão africana é um aspecto importante da corporação, porém secundário. Inserir, *in limine*, na classe senhorial de uma colônia portuguesa, é quase um disparate. O trabalho apenas se salva porque nele discuti o conflito entre os jesuítas e os senhores laicos no século XVII acerca do modelo de escravidão a ser adotado, para bem do sistema e, segundo os inicianos, *ad majorem Dei gloriam* – que fosse uma escravidão cristã, católica - aspecto que aos laicos não importava. Mas o livro é daqueles em que a teoria mais oculta do que ilumina o essencial da história. Faz tempo que acho que a teoria só ajuda (ao menos não atrapalha) se for usada em função da história, dos processos concretos, dos fatos monumentais ou miúdos, dos personagens singulares ou coletivos. Na época em que escrevi o livro, terminei constrangido, como disse, por ter pensado a história a partir da teoria, e não o contrário - mas já decidido a buscar outros caminhos. Não por acaso, jamais reeditei o *Ideologia e escravidão*, pois deveria reescrevê-lo totalmente. Se fosse capaz disso, do que duvido, seria o mesmo que matá-lo e ocultar o cadáver. Prefiro deixá-lo como um fantasma camarada.